

FICHA 2

ASPETOS GERAIS INICIAIS

1. BENEFICIÁRIOS E OBRIGAÇÕES

Os projetos são geridos e executados por uma **parceria** formada pelo conjunto de **beneficiários e sócios** sem financiamento, sendo um dos beneficiários designado para exercer o papel de Beneficiário Principal (BP).

As relações entre as entidades beneficiárias do projeto são reguladas através do **Acordo entre beneficiários e sócios**, documento que reúne informação essencial para a gestão e execução da operação pelas entidades participantes, tal como indicado no ponto 1.2.

1.1. OBRIGAÇÕES DO BENEFICIÁRIO PRINCIPAL

As obrigações do Beneficiário Principal (BP) estão definidas no Acordo celebrado entre a Autoridade de Gestão e o Beneficiário Principal (Acordo AG-BP), que constitui o documento enquadrador que regula as condições de execução de cada operação aprovada no âmbito do POCTEP 2021-2027. Nos termos desse Acordo, o BP assume as seguintes obrigações principais:

- É responsável pela **coordenação geral** da operação, bem como pela sua gestão económica e financeira, garantindo a sua execução na totalidade e incluindo o cumprimento dos resultados previstos.
- **Representa**, de comum acordo, todos os beneficiários da operação nas comunicações com a AG, a Autoridade de Certificação e demais organismos competentes, bem como perante a Comissão Europeia, quando tal seja solicitado.
- É a entidade que **assina o Acordo AG-BP** em nome do conjunto de beneficiários, aceitando a ajuda da UE e as obrigações que daí decorrem.
- **Compromete-se** a respeitar o acordo assinado entre os beneficiários e sócios da operação. Qualquer alteração ao mesmo deverá ser aprovada pelo Comité de Gestão e comunicada à AG antes da sua aplicação efetiva.
- **Declara** a inexistência de duplo cofinanciamento nas ações objeto da operação e informa a AG de qualquer apoio financeiro adicional recebido por qualquer beneficiário que possa afetá-la.
- Compromete-se a manter uma **contabilidade separada** da operação e a assegurar que cada beneficiário mantenha uma contabilidade autónoma da sua participação na mesma, em conformidade com o artigo 74.º do Regulamento (UE) 2021/1060.
- Garante o registo e arquivo de toda a **documentação** necessária para a manutenção de uma **pista de auditoria** adequada das despesas e pagamentos realizados, aplicável a todos os beneficiários.
- Compromete-se a **conservar** e manter disponíveis todos os **documentos justificativos** da operação durante um prazo de cinco anos a contar desde

31 de dezembro do ano em que é efetuado o último pagamento, em conformidade com o artigo 82.º do Regulamento (UE) 2021/1060. No caso de beneficiários sujeitos à legislação de auxílios de Estado, esse prazo é alargado para dez anos a partir da data de concessão do auxílio.

- Apresenta os **pedidos de reembolso (certificações da operação)**, garantindo que as despesas incluídas foram realizadas na execução das atividades acordadas e previamente verificadas e validadas nos termos do artigo 46.º do Regulamento (UE) 2021/1059 e do procedimento estabelecido no POCTEP.
- É responsável pelo preenchimento e envio, através do SI CoFFEE Interreg, dos **relatórios** que permitem o cumprimento do artigo 32.º do Regulamento (UE) 2021/1059 relativo à transmissão de dados, dos relatórios de acompanhamento financeiro, do relatório final do projeto e das certificações de operação intercalares e final. A CE, a AG e os demais organismos competentes podem solicitar informação complementar, que deverá ser enviada no prazo de 30 dias corridos de calendário.
- É responsável por **comunicar à AG**, através da SC, qualquer alteração ao orçamento da operação.
- **Aceita os controlos** sobre a execução do projeto e a utilização das subvenções concedidas realizados pelas autoridades do Programa, dos Estados-Membros e da Comissão Europeia, colocando à disposição toda a documentação solicitada.
- Compromete-se a **informar a AG** sobre qualquer apoio financeiro não declarado previamente que afete a operação, bem como a comunicar a existência de qualquer atividade abrangida pela legislação de Auxílios de Estado, assegurando o seu cumprimento.
- Compromete-se a comunicar à AG a existência de qualquer atividade desenvolvida por qualquer dos beneficiários do projeto que deva ser considerada abrangida pela legislação relativa aos **Auxílios de Estado** e a zelar pelo cumprimento dessa normativa.
- Em caso de perceção indevida de apoio, obriga-se a proceder à sua **devolução**, juntamente com os juros legais que possam ser exigidos, nos termos do artigo 52.º do Regulamento (UE) 2021/1059.
- Compromete-se a fornecer os dados necessários para a **avaliação do progresso** da operação pelo Comité de Acompanhamento quando esta seja classificada como de importância estratégica ou constitua um grande projeto de infraestruturas.

1.2. OBRIGAÇÕES DOS BENEFICIÁRIOS E SÓCIOS DO PROJETO

As obrigações dos beneficiários e sócios do projeto estão definidas no **Acordo entre beneficiários e sócios**, documento que regula as relações entre as entidades participantes na operação.

Em primeiro lugar, todos os beneficiários e sócios aceitam a coordenação técnico-administrativa e financeira do BP, com o objetivo de facilitar o cumprimento das suas obrigações perante as Autoridades de Gestão e de Auditoria, perante a Autoridade que desempenha a Função de Contabilidade e Pagamentos, as Unidades de Coordenação (UC) e demais órgãos competentes na gestão do Programa.

Além disso, todos os beneficiários (incluindo o BP) terão as seguintes obrigações:

- **Aceitar os controlos** e auditorias, bem como as suas conclusões e consequências, que incidam sobre a execução do projeto e a utilização das subvenções concedidas, realizados pelos organismos comunitários competentes e pelas administrações que cofinanciam a operação, colocando à disposição toda a documentação que lhes seja solicitada.
- Gerir e manter uma **contabilidade separada** relativa à execução do projeto, tanto no que respeita ao financiamento FEDER como às correspondentes contrapartidas.
- **Facilitar** o acompanhamento e controlo do projeto realizados pelos órgãos de gestão do Programa.
- Assumir a **responsabilidade** em caso de qualquer irregularidade na despesa declarada e detetada, de acordo com as normas comunitárias e nacionais aplicáveis, bem como proceder à devolução do apoio indevidamente recebido, sem prejuízo dos juros legais que possam ser exigidos, em conformidade com o artigo 52.º do Regulamento (UE) 2021/1059.
- **Responder** aos pedidos de informação dos órgãos de gestão do Programa, bem como fornecer a documentação necessária para a instrução do projeto.
- Garantir o cumprimento dos **resultados** previstos para as atividades e ações do projeto indicados no Formulário de Candidatura, de acordo com o cronograma do plano de trabalho.
- Implementar um **sistema** de acompanhamento que permita quantificar a contribuição das ações, de acordo com os indicadores de realização e de resultado associados ao projeto.
- **Cumprir** as obrigações em matéria de informação e publicidade da participação europeia no projeto, de acordo com o disposto no artigo 10.º do Acordo AG-BP.
- Respeitar e preservar os **princípios horizontais** e as políticas da UE em matéria de igualdade entre homens e mulheres, igualdade de oportunidades e não discriminação, desenvolvimento sustentável e princípio de não prejudicar significativamente (DNSH), tendo-os em consideração na execução das atividades do projeto.
- Garantir o cumprimento das normas em matéria de **concorrência e contratação pública**, respeitando os princípios de transparência, publicidade e livre concorrência e, quando aplicável, a legislação em matéria de contratação pública.

No caso de o projeto contar com a participação de **sócios sem financiamento**, estes comprometem-se ainda a:



- **Executar** o projeto conforme previsto na candidatura apresentada e colocar os resultados obtidos à disposição do público, bem como cumprir todas as obrigações estabelecidas nas disposições de aplicação do Programa.
- Afetar **pessoal próprio** ao desenvolvimento das ações propostas, com o objetivo de cumprir o critério de cooperação “Pessoal em comum”, em conformidade com o disposto no artigo 23.º do Regulamento (UE) 2021/1059.

Qualquer alteração ao Acordo entre beneficiários e sócios durante a execução do projeto deverá ser comunicada à AG e aprovada pelo Comité de Gestão (CG) antes da sua aplicação efetiva pelo partenariado.

2. ACORDO ENTRE A AUTORIDADE DE GESTÃO E O BENEFICIÁRIO PRINCIPAL

O Acordo entre a Autoridade de Gestão e o Beneficiário Principal do projeto é o documento contratual que estabelece as condições de execução da operação aprovada.

O **Acordo AG-BP** é também composto por outros documentos anexos, que fazem parte integrante do mesmo e definem os objetivos e o conteúdo do projeto, o calendário de execução das atividades e o plano de financiamento com a distribuição detalhada das despesas:

- Notificação da AG com a **decisão de aprovação** do Comité de Gestão (Anexo 1 do Acordo AG-BP).
- **Formulário de Candidatura** completo de acordo com a versão aprovada pelo Comité de Gestão (Anexo 2 do Acordo AG-BP), o qual inclui as cartas de compromisso de todos os beneficiários e sócios, bem como as declarações de *minimis*, quando aplicável.
- **Acordo entre beneficiários y sócios** da operação para a constituição da parceria (Anexo 3 do Acordo AG-BP).

A **vigência** deste acordo estende-se desde a data de assinatura do documento pela AG, após assinatura prévia pelo BP, até à data prevista para a conclusão das atividades do projeto, indicada no próprio documento (artigo 3.º). A assinatura deste documento é realizada na aplicação Interreg (entorno CoFFEE), onde o Acordo fica registado e arquivado.

No caso de se verificarem alterações a algum dos artigos do Acordo, decorrentes de modificações substanciais no projeto, estas serão formalizadas e concretizadas através de uma **adenda ao Acordo AG-BP**, a qual deverá ser assinada por ambas as partes.


O Acordo AG-BP está sujeito à legislação do país onde se encontra sediada a Autoridade de Gestão do Programa, Espanha. Em caso de conflito entre as partes que subscrevem o acordo, este será resolvido pelo tribunal competente correspondente à sede social da AG.


3. APLICAÇÃO INTERREG (entorno CoFFEE): FERRAMENTA DE GESTÃO TELEMÁTICA DO PROJETO


A aplicação Interreg (entorno CoFFEE) constitui o sistema de informação do POCTEP 2021-2027 e a **ferramenta base de gestão eletrónica do projeto**, com o objetivo de reduzir a carga administrativa dos beneficiários das operações e de funcionar como canal de comunicação entre o BP e os beneficiários do projeto e as estruturas de gestão do Programa, especialmente as diretamente envolvidas na gestão das operações, como a AG, as UC, a AC ou o SC.


A descrição pormenorizada dos **procedimentos eletrónicos a seguir** para a utilização das funcionalidades básicas do CoFFEE Interreg encontra-se no [Guia CoFFEE Interreg](#), disponível na página web do Programa (www.poctep.eu), a qual se estrutura em várias fichas, considerando as diferentes fases da gestão da operação, com informação específica para os/as utilizadores/as, incluindo também o procedimento de registo como utilizador/a da plataforma e a gestão dos seus diferentes perfis.



 DOCUMENTOS, MANUAIS E REGRAS

 APLICAÇÃO COFFEE INTERREG

 NOTORIEDADE, TRANSPARÊNCIA E COMUNICAÇÃO

 TUTORIAIS E WEBINARS

COFFEE INTERREG

Sistema de informação do Programa

O sistema de informação Interreg (ambiente CoFFEE), "CoFFEE Interreg", é a plataforma onde será gerida toda a informação relativa ao Programa Interreg VI A Espanha – Portugal (POCTEP) 2021-2027 e é direcionada tanto para as entidades beneficiárias e auditores como para as estruturas de gestão.

[Acesso CoFFEE](#)

O objetivo das seguintes guias é facilitar a utilização da ferramenta, assim como o registo de utilizadores e o processamento dos seus diferentes perfis:

[Guia sistema de informação Interreg \(ambiente CoFFEE\)](#) Versão 03/2025

[Guia CoFFEE Interreg – Ficha pedido de modificação de operações](#) Versão Nov/2025

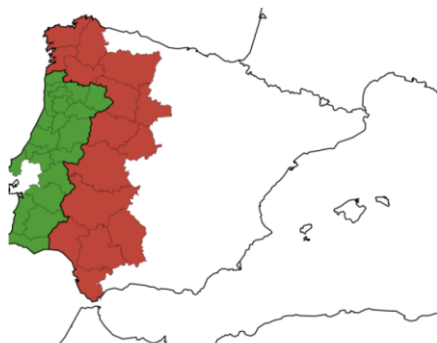
[Guia acesso / registo utilizadores \(ES\)](#) Versão abril/2025

[Autorização perfis atualização e consulta \(PT\)](#)

[PDF: IDEIAS_CHAVE_COFFE_pasos1_2_PT](#)



Programa de Cooperación Interreg VI A España – Portugal (POCTEP) 2021 - 2027



Contenido

Ficha 1: Introducción	3
Ficha 2: Acceso a operaciones	5
Ficha 3: Operaciones	8
Ficha 4: Circuito financiero	12
Ficha 5: Grabación de gasto	15
Ficha 6: Validación de Gastos	37
Ficha 7: Fase auditor	46
Ficha 8: Fase validador	47
Ficha 9: Fase Certificación de Operación	48

Guía para la utilización del sistema de información *Interreg* (entorno CoFFEE)



VERSIÓN 2 – MARZO 2025

Versión 2 – marzo 2025



Página 1 de 60